

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

A Administração da BSB Energética S.A. (“BSB” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais findos em 2025 e 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards*” ou “IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da Companhia, e mantido à disposição para acesso público no website da Companhia (www.bsbenergetica.com.br) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Constituída em 24 de março de 2000, a BSB tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia, como sócia ou acionista.

Seu controle acionário é detido pela Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 91,00% do capital social da Companhia, estando os demais 9,00% subscritos pela Companhia Energética de Brasília (“CEB”), sociedade de economia mista com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Sua atuação está concentrada na gestão dos investimentos no capital social da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,50MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a Eletroriver, titulares, respectivamente, de ações representativas de 30,00% e 70,00% do seu capital social.

2 INDICADORES

Visão geral: Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas investidas.

2.1 Financeiros e Patrimoniais Gerais

Disponibilidade de caixa: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encerrou o período com caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira no valor de R\$ 4.280 (R\$ 3.869 em 31 de dezembro de 2024), representando, portanto, aumento de 10,62%, devido, principalmente, à redução (R\$ 17.000) do montante pago a título de dividendos, parcialmente compensados pelo maior (R\$ 4.495) pagamento de debêntures.

Endividamento líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa, bem como das aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado com o montante aferido em 31 de dezembro de 2024:

Indicadores financeiros		Em	
		31/12/2025	31/12/2024
(R\$/mil)			
	Dívida Bruta ¹ - Passivo circulante e não circulante	402.850	371.094
(-)	Caixa e equivalentes e aplicação financeira	4.280	3.869
=	Dívida Líquida²	398.570	367.225

O aumento da dívida líquida em R\$ 31.345, equivalente à 8,54%, deve-se, principalmente, ao aumento (R\$ 67.202) do montante reconhecido ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de dividendos a pagar aos acionistas, parcialmente compensadas pela redução (R\$ 35.451) do montante de debêntures a pagar.

Indicadores financeiros: Os indicadores financeiros utilizados pela Companhia são o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez geral. O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do saldo do (i) ativo circulante pelo (ii) passivo circulante. O quadro a seguir traz o respectivo indicador para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado com 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Corrente	Em	
	31/12/2025	31/12/2024
(R\$ mil)		
Ativo Circulante (i)	119.550	80.261
Passivo Circulante (ii)	218.191	133.410
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	0,55	0,60

Nos exercícios analisados, o índice de liquidez corrente demonstra que a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações financeiras no curto prazo reduziu 8,93%, atingindo índice de 0,55x, frente aos 0,60x apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, ao aumento (R\$ 67.202) do montante de dividendos a pagar e de debêntures a pagar (R\$ 84.779), parcialmente compensados pela elevação dos dividendos a receber do Grupo Brasil PCH (R\$ 38.555).

Já o índice de liquidez geral é calculado pela razão do (a.1) saldo do ativo circulante somado ao (a.2) ativo não circulante pelo (b.1) passivo circulante acrescido do (b.2) passivo não circulante. O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Geral	Em	
	31/12/2025	31/12/2024
(R\$ mil)		
Ativo Circulante (a.1)	119.550	80.261
Ativo Não Circulante (a.2)	370.366	360.584
Passivo Circulante (b.1)	218.191	133.410
Passivo Não Circulante (b.2)	184.659	237.684
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	1,22	1,19

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de liquidez geral atingiu o valor de 1,22x, representando aumento de 2,37% se comparado com 31 de dezembro de 2024, quando se apurou 1,19x, devido, principalmente, à elevação (R\$ 38.555 mil) do montante de dividendos a receber e aumento (R\$ 9.780) dos

¹ A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

² A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes e aplicação financeira. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

investimentos em coligadas, parcialmente compensados pelo aumento (R\$ 67.202) dos dividendos a pagar.

2.2 Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia contemplava 17,77% de capital próprio (patrimônio líquido) e 82,23% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2024 era composta por 15,82% de capital próprio e 84,18% de capital de terceiros, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em				2025 x 2024
	31/12/2025		31/12/2024		
	(R\$ mil)	AV %	(R\$ mil)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	87.066	17,77%	69.751	15,82%	24,82%
Passivo Total	402.850	82,23%	371.094	84,18%	8,56%
Total	489.916	100,00%	440.845	100,00%	11,13%

Isso se deve ao aumento do patrimônio líquido da Companhia (R\$ 17.315), equivalente a 24,82%, que montava R\$ 87.066, ao passo que ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 somava R\$ 69.751, decorrente, principalmente do aumento (R\$ 17.760) do montante de dividendos adicionais propostos.

Os diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada inclusive pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

2.3 Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante a título de debêntures, bem como o fluxo de recursos decorrentes de seus investimentos, os diretores entendem que, na data de emissão deste relatório, o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Caixa líquido	Exposição (R\$ mil)
	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.280
Títulos de dívida inferiores a um ano (Debêntures)	(67.237)
Total	(62.957)

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela Brasil PCH, único ativo operacional da Companhia.

Considerado o histórico de distribuição de dividendos pela Brasil PCH, lastreado na operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, conseqüentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

2.4 Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou como fontes de financiamento para capital de giro recursos oriundos de seus investimentos na Brasil PCH.

Ao final do exercício de 2025, o recebimento de dividendos da investida da Companhia (R\$ 96.000) proporcionou a geração de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 76.695, inferior (R\$ 132) ao verificado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 76.827), enquanto as atividades de financiamento foram responsáveis pela geração de caixa líquido no montante de R\$ 76.284 negativos, superior (R\$ 12.337), portanto, ao montante apurado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 88.621 negativos, equivalente à 13,92%, devido, principalmente, à redução (R\$ 17.000) do montante de dividendos pagos pela Companhia, parcialmente compensados pelo aumento (R\$ 4.495) do valor de debêntures pagas.

2.5 Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para suprir eventual necessidade de capital no curso regular dos negócios da Companhia decorrem dos seus acionistas e/ou investimentos em coligadas.

2.6 Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos (debêntures) da Companhia monta R\$ 256.650 (R\$ 293.320) em 31 de dezembro 2024.

Para fins deste item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e totalizou R\$ 252.370 em 31 de dezembro de 2025, enquanto em 31 de dezembro de 2024 registrava-se o valor de R\$ 289.451.

As principais características do endividamento da Companhia ao final dos dois últimos exercícios, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Atualização	Taxa de Juros % a.a.	Vencimento	Em (R\$/mil)	
					31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	(R\$ mil)	293.320	7,04%	15/04/2030	256.650	293.320
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)					256.650	293.320
Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras (B)					4.280	3.869
Dívida líquida de Empréstimos e Financiamentos (A)-(B)					252.370	289.451

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apenas 1 (um) contrato de emissão de títulos de valores mobiliários, relativo às Debêntures emitidas em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento”). Foram emitidas 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R\$ 345.000.

O valor nominal das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (“IPCA”), conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado”). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento da remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril

de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezesete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela, já quitada, em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional no capital da Brasil PCH. O saldo devedor da emissão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 256.650 (R\$ 293.320 em 31 de dezembro de 2024).

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquela citada acima.

Grau de subordinação entre as dívidas: As Debêntures da Companhia são garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Brasil PCH detidas pela Companhia.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições: Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures, cuja escritura de emissão traz hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia ou da Brasil PCH, contratação de novas dívidas, incluindo nova emissão de debêntures, celebração de contratos de mútuo e realização de adiantamento para futuro aumento de capital. Adicionalmente, a Companhia está obrigada, desde o ano de 2022 a manter índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos *Covenants* e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o ICSD de 1,41x (1,47x em 31 de dezembro de 2024), cumprindo, assim, a obrigação prevista na escritura de emissão.

Outrossim, as Debêntures trazem ainda hipóteses de vencimento antecipado referentes a ações da Brasil PCH vinculadas a novos empréstimos e/ou financiamentos, alterações na escritura da emissão de debêntures da Brasil PCH, bem como vinculadas a questões operacionais quanto à permanência das SPEs no MRE, término de determinados contratos no âmbito do PROINFA, não manutenção da repactuação do risco hidrológico e/ou determinadas modificações de características físicas dos empreendimentos.

Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados: A Companhia não possuía, ao final dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização de valores.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras: As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas em conformidade com

as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Demonstrativo de Resultados

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Demonstração do Resultado	No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao mesmo período de 2024				
	31/12/2025		31/12/2024		AH (%)
	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	
Resultado de equivalência patrimonial	144.780	100,00%	123.648	100,00%	17,09%
Despesas gerais e administrativas	(455)	0,31%	(421)	0,34%	8,08%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	144.325	99,69%	123.227	99,66%	17,12%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(32.692)	(22,58%)	(37.719)	(30,51%)	(13,33%)
Receitas financeiras	1.329	0,92%	1.354	1,10%	(1,85%)
Total	(31.363)	(21,66%)	(36.365)	(29,41%)	13,75%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	112.962	78,02%	86.862	70,25%	30,05%
Lucro líquido do exercício	112.962	78,02%	86.862	70,25%	30,05%

Resultado de equivalência patrimonial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a partir da apuração de equivalência patrimonial, a Companhia reconheceu receita de R\$ 144.780, enquanto no mesmo período de 2024 apurava-se R\$ 123.648, representando aumento de R\$ 21.132, equivalente à variação de 17,09%, devido, principalmente, ao aumento do faturamento das SPEs no âmbito dos contratos do PROINFA e do resultado financeiro, bem como ao menor reconhecimento de imposto de renda e contribuição social.

Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas somaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 455, enquanto no mesmo período de 2024 apurava R\$ 421, representando aumento de R\$ 34, equivalente a 8,08%, devido, principalmente, ao aumento (R\$ 31) dos serviços de terceiros pagos pela Companhia.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos: O lucro apurado antes do resultado financeiro e impostos em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 144.325, enquanto no mesmo período de 2024 foi apurado o valor de R\$ 123.227, representando aumento de R\$ 21.098, equivalente a 17,12%, devido, principalmente, ao aumento do resultado de equivalência patrimonial.

Despesas financeiras: As despesas financeiras totalizaram R\$ 32.692 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, enquanto no mesmo período de 2024 o montante das despesas financeiras apurado foi de R\$ 37.719, representando redução de R\$ 5.027, equivalente a 13,33%, devido, principalmente, à amortização do saldo devedor das debêntures.

Receitas financeiras: As receitas financeiras apuradas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram o valor de R\$ 1.329, enquanto no mesmo período de 2024, apurou-se o valor de R\$ 1.354, mantendo-se, portanto, em patamar similar ao do exercício anterior, sem variações relevantes, refletindo a estabilidade na gestão dos recursos financeiros ao longo do período analisado.

Total do resultado financeiro: Em decorrência dos valores apurados pela Companhia como receitas e despesas financeiras, o resultado financeiro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi

de R\$ 31.363 negativos, inferior, portanto, em R\$ 5.002, equivalentes a 13,75%, se comparado ao mesmo período de 2024, quando apurou-se resultado também negativo de R\$ 36.365.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos valores apurados pela Companhia explicitados nos itens acima, o lucro líquido auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 112.962, representando aumento de R\$ 26.100, equivalente a 30,05%, se comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$ 86.862.

3.2 Demonstrativo do Fluxo de Caixa

No quadro abaixo seguem apresentados os fluxos de caixa apurados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparados com aqueles obtidos no mesmo período do ano anterior:

Demonstração dos fluxos de caixa	No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao mesmo período de 2024		
	31/12/2025	31/12/2024	2025 x 2024
	(R\$/mil)	(R\$/mil)	AH (%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.869	15.663	(75,30%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76.695	76.827	(0,17%)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(76.284)	(88.621)	(14,08%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.280	3.869	10,62%

Fluxo de caixa das atividades operacionais: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apurou-se geração de caixa operacional no montante de R\$ 76.695, frente aos R\$ 76.827 auferidos no mesmo período do ano anterior, representando redução de (R\$ 132), equivalente à 0,17%, mantendo o fluxo de caixa operacional em linha com o exercício anterior.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou saldo de fluxo de caixa das atividades de financiamento negativo de R\$ 76.284, frente aos R\$ 88.621, também negativos, apurados no mesmo período do ano anterior, representando variação positiva de R\$ 12.337, equivalente à 13,92%, devido, principalmente, à redução (R\$ 17.000) do valor pago pela Companhia aos acionistas a título de dividendos, parcialmente compensados pelo aumento (R\$ 4.495) do montante de debêntures pagas no exercício.

Caixa e equivalentes de caixa: Em decorrência dos valores apurados pela Companhia explicitados nos itens acima, apurou-se, em 31 de dezembro de 2025, saldo final de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 4.280, frente aos R\$ 3.869 registrados mesmo período do ano anterior, resultando em aumento de (R\$ 411), equivalente à 10,62%.

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, além de prestar serviços relativos à auditoria externa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2025, também prestou os serviços de asseguarção limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros (“Relatório ICSD”) e de revisão da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF”).

Com relação ao ECF, o auditor foi contratado em julho de 2022 para execução do serviço de revisão das apurações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social do Lucro Líquido e do arquivo ECF da Companhia, com enfoque nos blocos de apuração da ECF e na consistência de suas informações, tendo como base a documentação suporte. Para a realização do escopo de revisão anual do arquivo ECF, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 6.514,95, que corresponde a 5,28% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Com relação ao Relatório ICSD, a Deloitte foi contratada no mês de agosto de 2022 para sua elaboração, em decorrência de exigência contida na escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A partir de então, o Relatório ICSD deverá ser elaborado (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucro acumulado após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a realização do escopo da asseguarção limitada sobre o Relatório ICSD, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 22.008,13 correspondente a 17,82% o valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entende que tal procedimento aperfeiçoa seus processos de governança, e a qualidade dos dados apresentados aos seus acionistas e mercado em geral.

Por se tratar de elemento de asseguarção com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, bem como pelo fato de que a revisão do ECF se trata de trabalho de *compliance* tributário, esses serviços não resultam na existência de conflito de interesses com os trabalhos de auditoria externa realizados, ou em perda de independência e de objetividade dos auditores.

Os auditores entendem que os serviços mencionados não configuram perda de independência relacionada ao trabalho de auditoria. A Administração também entende que ela não consta dos impedimentos previstos no artigo 23 da Resolução CVM nº 23/2021 e que estão em linha com a Resolução CFC1311.

5 EQUIDADE

Em observância ao disposto no art. 133, parágrafo 6º, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”), conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia informa que tem por premissa a equidade entre os membros da administração, comprometendo-se a assegurar igualdade de condições e oportunidades, em prol do respeito à individualidade e meritocracia. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui funcionários contratados de forma direta e que as informações relativas à remuneração fixa e variável contemplam apenas os valores pagos diretamente pela Companhia.

Segue abaixo tabela apresentando a síntese dos indicadores internos da Companhia em atendimento ao dispositivo legal, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

Sexo dos Colaboradores	Conselho de Administração				Diretoria			
	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)
Mulheres	2	25%	0%	0%	0	0%	0%	0%
Homens	6	75%	0%	0%	3	100%	100%	0%
Total	8	100%	0%	0%	3	100%	100%	0%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

Sexo dos Colaboradores	Conselho de Administração				Diretoria			
	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)
Mulheres	2	25%	0%	0%	0	0%	0%	0%
Homens	6	75%	0%	0%	3	100%	100%	0%
Total	8	100%	0%	0%	3	100%	100%	0%

BSB Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
BSB Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de investimentos em coligadas (“Impairment”)

Por que foi considerado um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de participação em coligadas, que estão sujeitos à avaliação anual de “impairment”.

Esse assunto foi tratado como principal assunto de auditoria em virtude da representatividade desses ativos, bem como pelo fato de os modelos utilizados nos testes de “impairment” envolverem subjetividade e julgamento por parte da Diretoria. Esses julgamentos são fundamentados em premissas que podem ser afetadas por eventos futuros de mercado, principalmente aquelas associadas com as projeções dos fluxos de caixa e com a taxa de desconto utilizadas. Devido à relevância dos saldos, ao nível de incerteza e ao grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs; (ii) avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade desses ativos; (iii) a avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros; (iv) a avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) a revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e as premissas adotados pela Diretoria sobre o teste de valor recuperável de investimentos em coligadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

B Oliveira
Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

BSB ENERGÉTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.280	3.869	Obrigações fiscais		5	3
Dividendos a receber	7	114.554	75.999	Dividendos a pagar	10.4	150.949	83.747
Despesas antecipadas		2	2	Debêntures	9	67.237	49.660
Impostos a recuperar	6	714	391	Total dos passivos circulantes		218.191	133.410
Total dos ativos circulantes		119.550	80.261				
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Impostos a recuperar	6	44	44	Tributárias		25	22
Depósitos judiciais		25	23	Debêntures	9	184.634	237.662
Investimentos em coligadas	8	370.297	360.517	Total dos passivo não circulantes		184.659	237.684
Total dos ativos não circulantes		370.366	360.584				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	10.1	18.106	18.106
				Dividendos adicionais propostos	10.4	62.516	44.756
				Reserva de lucros	10.2 e 10.3	3.621	3.621
				Ajustes de avaliação patrimonial	10.5	2.823	3.268
				Total do patrimônio líquido		87.066	69.751
TOTAL DOS ATIVOS		489.916	440.845	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		489.916	440.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	13		
Administrativas		(4)	(3)
Pessoal e administradores		(61)	(61)
Serviços de Terceiros		(322)	(291)
Tributos		(68)	(66)
		<u>(455)</u>	<u>(421)</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8	144.780	123.648
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>144.325</u>	<u>123.227</u>
RESULTADO FINANCEIRO	14		
Despesas financeiras		(32.692)	(37.719)
Receitas financeiras		1.329	1.354
		<u>(31.363)</u>	<u>(36.365)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>112.962</u>	<u>86.862</u>
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	11	37,2996	28,6815
Quantidade média ponderada de ações		3.028.501	3.028.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		112.962	86.862
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	10.5	(445)	2.315
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>112.517</u>	<u>89.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		18.106	3.621	50.792	953	-	73.472
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023 (R\$16,77 por ação)	10.4	-	-	(50.792)	-	-	(50.792)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	86.862	86.862
Destinações:							
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$7,17 por ação)		-	-	-	-	(21.715)	(21.715)
Dividendos declarados adicional (R\$6,73 por ação)		-	-	-	-	(20.391)	(20.391)
Dividendos propostos adicionais (R\$14,78 por ação)		-	-	44.756	-	(44.756)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	10.5	-	-	-	2.315	-	2.315
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		18.106	3.621	44.756	3.268	-	69.751
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2024 (R\$14,78 por ação)	10.4	-	-	(44.756)	-	-	(44.756)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	112.962	112.962
Destinações:							
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$9,32 por ação)		-	-	-	-	(28.240)	(28.240)
Dividendos declarados adicional (R\$7,33 por ação)		-	-	-	-	(22.206)	(22.206)
Dividendos propostos adicionais (R\$20,64 por ação)		-	-	62.516	-	(62.516)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	10.5	-	-	-	(445)	-	(445)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		18.106	3.621	62.516	2.823	-	87.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		112.962	86.862
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		-	(168)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(144.780)	(123.648)
Atualização sobre depósitos judiciais	14	(2)	(4)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	14	3	5
Encargos financeiros sobre debêntures	9 e 13	31.351	36.372
Custo transação debêntures	9 e 13	1.219	1.219
Variações nos ativos e passivos:			
Impostos a recuperar		(323)	1.386
Obrigações fiscais		2	(7)
Caixa gerado pelas nas atividades operacionais		<u>432</u>	<u>2.017</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Dividendos recebidos	7	96.000	96.690
Juros pagos sobre debêntures	9	(19.737)	(21.880)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>76.695</u>	<u>76.827</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aplicações financeiras		-	168
Dividendos pagos	10.4	(28.000)	(45.000)
Debêntures pagas	9	(48.284)	(43.789)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(76.284)</u>	<u>(88.621)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>411</u>	<u>(11.794)</u>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	3.869	15.663
No fim do exercício	5	4.280	3.869
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>411</u>	<u>(11.794)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “B” desde o mês de julho/2022, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, foi constituída em 24 de março de 2000, e tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

A Companhia possui a CS Energia S.A. como controladora final e a Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, como controladora direta, titular de ações representativas de 91,0% do capital social da Companhia. A participação remanescente (9,0%) é detida pela Companhia Energética de Brasília (“CEB”), sociedade de economia mista de capital aberto, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou em seu balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$98.641 (R\$53.149 em 31 de dezembro de 2024). Nada obstante, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional da Companhia, visto que o fluxo de receitas decorrente dos seus investimentos na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), é estável e conhecido, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Dados da Coligada

A Companhia detém participação direta de 30% no capital social da Brasil PCH, sociedade anônima, fechada, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 23 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), seja direta ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável, por meio de pequenas centrais hidrelétricas.

A Brasil PCH possui subsidiária integral denominada PCHPAR - PCH Participações S.A. (“PCHPAR”) que, por sua vez, detém 100% do capital social de 13 Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), titulares de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 PCHs, com potência total instalada de 291,5 MW, vincendas, conforme o caso, entre os anos de 2041 a 2043, podendo ser prorrogadas por 30 anos, nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. Abaixo, são apresentadas as informações relativas às PCHs:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW) (**)	Energia Assegurada (MWm) (**)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	08/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	14/10/2042

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW) (**)	Energia Assegurada (MWm) (**)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização (*)
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dolores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	07/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	03/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	13/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(*) Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182 consolidando o direito a extensão do prazo das autorizações àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, de modo que os prazos das outorgas das usinas do Grupo foram ampliados por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 14.896, de 10 de outubro de 2023, e nº 16.467/2025, de 16 de setembro de 2025.

(**) Cumpre destacar que os dados de capacidade instalada e garantia física das PCHs não foram revisados pelos auditores independentes.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado contratos de compra e venda da totalidade da energia por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial - Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados pelas SPE no âmbito do PROINFA (“CCVE”).

Ressalta-se que, em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021, que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”).

Em 7 de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a promulgação da Lei nº 15.097/2025, alterando a Lei nº 14.182/2021, em especial no que tange à possibilidade de prorrogação dos CCVE, por 20 (vinte) anos, contados a partir da data de vencimento dos contratos vigentes.

A Administração manifestou o interesse na prorrogação dos CCVEs PROINFA. A assinatura dos aditivos contratuais, deverá ocorrer até o dia 31 de março de 2026, conforme Decreto nº 12.834, de 26 de janeiro de 2026.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas ou revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas ou revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.
OCPC 10: Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de emissão (Allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	Está orientação técnica, visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, assim como reconhecimento dos efeitos de compromissos assumidos de descarboxinação.

Normas e interpretações novas ou revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas ou revisões relacionadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IRFS 9 e ao IRFS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IRFS - Volume 11	Alterações à IFRS - 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IRFS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IRFS 9 - Instrumentos Financeiros, IRFS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Alterações ao IRFS 9 e ao IRFS 7	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
Alterações ao IRFS 9 e ao IRFS 7	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.
Alterações à IFRS 18 Alterações à IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Exceto pelo CPC 51/IFRS 18, o qual a Diretoria da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e CVM e pelas normas da ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, e classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

4.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, resulta no aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3.1. Ativos financeiros

4.3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 5.

4.3.2. Passivos financeiros

4.3.2.1 Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

4.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

4.5. Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como controlada ou sociedade sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint ventures são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint ventures são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada ou joint venture excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

4.6. Impostos de renda e contribuição correntes e diferidos

Correntes:

Para os anos de 2025 e 2024, o regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Diferidos:

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

4.7. Segmentos operacionais

A Companhia atua em um único segmento operacional, uma vez que detém, exclusivamente, a participação indireta, exercendo influência significativa em 13 SPEs titulares, respectivamente, de Autorização da ANEEL para exploração de 13 PCHs. Nesse contexto, essas demonstrações financeiras não possuem nota explicativa de informação por segmento.

4.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.9. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em aquisições de participações adicionais de investidas têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos, considerando-se o método da aquisição, por meio do qual os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Premissas também são adotadas pelos avaliadores na determinação da vida útil remanescente dos ativos das investidas, sendo a mais valia dos ativos subjacentes amortizada, com base na vida útil estimada na data da aquisição.

A seguir são apresentados os julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre os saldos de Investimentos em Coligadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou a avaliação do valor recuperável dos saldos de investimento em coligadas e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável "impairment". O valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas foi determinado com base no valor justo. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa trazidas a valor presente pela taxa de desconto nominal (de 10,21% a.a. a 11,86% a.a.), e são baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração das coligadas para o ano de 2025. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano foram extrapolados com base no planejamento estratégico das coligadas, sendo considerado nas premissas de preço, o término do contrato Proinfra nos anos de 2028 e 2029 e o término da 1ª autorização das SPEs entre os anos de 2041 e 2043, conforme o caso. O fluxo de caixa é previsto até o final das autorizações entre os anos de 2071, 2072 e 2073, vide informações adicionais na nota explicativa nº 8.

- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia, na Companhia, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não possui diferenças temporárias tributáveis relacionadas com a mesma autoridade tributária e a mesma entidade tributável, não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- (iii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 16 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- (iv) Mensurações do valor justo dos ativos de participação adicional em coligadas: A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	4.280	3.869
Total	<u>4.280</u>	<u>3.869</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, realizadas pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado que variam de 97,5% a 99,0% (98,0% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF retido sobre aplicação financeira 2019	44	44
IRRF retido sobre aplicação financeira 2023 a 2025	714	391
Total	<u>758</u>	<u>435</u>
Circulante	714	391
Não circulante	44	44

A Companhia pretende recuperar os montantes de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") através dos pedidos de Perd/Comp, os quais já foram realizados pela Diretoria e aguardam as aprovações dos órgãos aplicáveis.

7. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se à constituição de dividendos a receber da Brasil PCH, coligada da Companhia, conforme movimentação abaixo:

	<u>Valores</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.216
Constituição de dividendos (*)	130.473
Dividendos recebidos	<u>(96.690)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>75.999</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	75.999
Constituição de dividendos (*)	134.555
Dividendos recebidos	<u>(96.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>114.554</u>

(*) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 26 de fevereiro de 2024 e 21 de fevereiro de 2025, a Brasil PCH aprovou a distribuição, dos dividendos adicionais propostos, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024, respectivamente. Já nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12 de agosto de 2024 e 12 de agosto de 2025, foi aprovada a distribuição dos dividendos intermediários, relativos ao período findo em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2025, respectivamente.

8. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia, em 31 de dezembro de 2025, detém 28.256.349 ações ordinárias de emissão da Brasil PCH, representativas de 30% do capital social da coligada, mantendo, assim, a mesma posição de 31 de dezembro de 2024.

As participações nas coligadas diretas e indiretas, as quais a Companhia exerce influência significativa são demonstradas conforme segue:

Investidas	Investimento	Localização	Participação %	
			31/12/2025	31/12/2024
1. Brasil PCH S.A.	Coligada direta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1. PCHPAR PCH Participações S.A.	Coligada indireta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1.1. Bonfante Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Simão Pereira (MG)	30,0%	30,0%
1.1.2. Carangola Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Carangola (MG)	30,0%	30,0%
1.1.3. Calheiros Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.4. Caparaó Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Rio Preto (ES)	30,0%	30,0%
1.1.5. Funil Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Guanhães (MG)	30,0%	30,0%
1.1.6. Irara Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.7. Jataí Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.8. Monte Serrat Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Comendador Levy Gasparian (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.9. Retiro Velho Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Aporé (GO)	30,0%	30,0%
1.1.10. Santa Fé Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Três Rios (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.11. São Joaquim Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alfredo Chaves (ES)	30,0%	30,0%
1.1.12. São Pedro Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Domingos Martins (ES)	30,0%	30,0%
1.1.13. São Simão Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alegre (ES)	30,0%	30,0%

Os principais saldos patrimoniais da coligada direta, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são apresentados no quadro a seguir:

	31/12/2025				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Brasil PCH S.A.	188.184	941.145	697.088	43.829	388.412
Total	188.184	941.145	697.088	43.829	388.412

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Brasil PCH S.A.	313.687	971.109	636.971	303.523	344.302
Total	313.687	971.109	636.971	303.523	344.302

Os principais saldos de resultado da coligada direta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são apresentados conforme segue:

	31/12/2025				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Brasil PCH S.A.	728.479	595.040	576.352	542.823	494.108
Total	728.479	595.040	576.352	542.823	494.108

	31/12/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Brasil PCH S.A.	697.658	568.320	547.543	483.048	423.665
Total	697.658	568.320	547.543	483.048	423.665

A movimentação do investimento é apresentada a seguir:

	Custo	Mais valia	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	104.347	170.467	90.212	365.026
Equivalência patrimonial	127.100	(3.452)	-	123.648
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	2.316	-	-	2.316
Dividendos aprovados	(130.473)	-	-	(130.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.290	167.015	90.212	360.517
Equivalência patrimonial	148.232	(3.452)	-	144.780
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	(445)	-	-	(445)
Dividendos aprovados	(134.555)	-	-	(134.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	116.522	163.563	90.212	370.297

O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia determinou o valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas sujeitas a análise de recuperabilidade com base no valor justo. O valor recuperável de cada coligada indireta - considerada separadamente como uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) - foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros, em Reais, pós-impuestos e descontados à taxa pós-impuestos (10,21% a.a. para UGCs enquadradas no regime tributário de Lucro Real e 11,86% a.a. para empresas enquadradas no Lucro Presumido), que reflete as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos dos ativos para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso ou valor justo. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamento aprovado pela Administração das coligadas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas em todos os anos até o período final de autorização. Para fins de cálculo do valor recuperável, foi utilizada a premissa de renovação das autorizações das PCHs e, portanto, foi considerado os anos de 2071, 2072 e 2073, conforme o caso, como período final das autorizações. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano, foram extrapolados considerando como premissas:

- Geração de resultados no ambiente do PROINFA. Todas as UGCs estão integralmente contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028/2029, data de encerramento dos contratos. Uma vez encerrados os contratos PROINFA e até o final das Autorizações entre os anos de 2071 e 2073, conforme o caso, a energia produzida, pelas PCHs, será comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) por meio de contratos bilaterais. Para a projeção de resultados no ACL a Companhia usou como principal referência de preços futuros a Curva Foward divulgada pela DCIDE.
- Para custos e despesas regulatórias, a Companhia aplica a metodologia de cálculo prevista na Legislação vigente, enquanto para os demais custos e despesas operacionais, a Companhia mantém as premissas aplicadas ao seu modelo financeiro, devidamente atualizadas com base em projeções macroeconômicas divulgadas pelo Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (FOCUS).

Comparando o valor recuperável das 13 UGCs com os seus valores contábeis, não foram identificadas perdas por desvalorização adicional a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

9. DEBÊNTURES

Em 10 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 345.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$345.000. Os juros e o principal serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030.

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures -Série Única (IPCA + 7,04%)	345.000	0,7439	256.650	293.320
(-) Custo com transação com debêntures			(4.779)	(5.998)
			<u>251.871</u>	<u>287.322</u>
Passivo circulante			67.237	49.660
Passivo não circulante			184.634	237.662

b) Movimentação das Debêntures

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	315.400
Encargos provisionados	36.372
Pagamento encargos	(21.880)
Pagamento principal	(43.789)
Apropriação do custo de transação	1.219
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>287.322</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	287.322
Encargos provisionados	31.351
Pagamento encargos	(19.737)
Pagamento principal	(48.284)
Apropriação do custo de transação	1.219
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>251.871</u>

A Companhia outorgou garantias, bem como está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), incluindo, dentre outras, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão do controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação seguem listadas abaixo:

9.1. Restrições

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), incluindo, dentre outras, restrições quanto à alteração de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos em detrimento das debêntures, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos “Covenants” e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou ICSD de 1,41x (1,47x em 31 de dezembro de 2024), superior, portanto, ao índice previsto na escritura de emissão de 1,20x.

9.2. Garantias

As ações de emissão da Brasil PCH detidas pela BSB, representativas de 30% do capital social da coligada, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, foram dados em garantia da emissão de debêntures da Companhia, por meio da celebração do contrato de alienação fiduciárias de ações.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$18.106, representado por 3.028.501 ações, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias integralizadas</u>	<u>%</u>	<u>Valor integralizado</u>
Companhia Energética de Brasília - CEB	272.565	9%	1.627
Eletroriver S.A.	2.755.936	91%	16.479
Total	<u>3.028.501</u>	<u>100%</u>	<u>18.106</u>

10.2. Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o estatuto social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o saldo de Reserva Legal mantido pela Companhia é de R\$3.621.

10.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto no artigo 202, § 5, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

10.4. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, estabelecido em 25% (vinte e cinco por cento).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	112.962	86.862
Reserva Legal (5% até o limite de 20% do capital social) (*)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>112.962</u>	<u>86.862</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.240	21.715
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório pagos	-	(9.152)
Dividendos intermediários declarados imputado ao mínimo obrigatório a pagar	(28.240)	(12.563)
Dividendos intermediários declarados adicionais	(22.206)	(20.391)
Dividendos propostos adicionais	(62.516)	(44.756)

(*) Não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, visto que a Companhia já havia atingido limite legal de 20% do capital social.

Abaixo demonstrada a movimentação dos dividendos:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.848
Dividendos adicionais aprovados (*)	50.792
Proposição de dividendos intermediários (**)	42.107
Dividendos pagos	(45.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>83.747</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.747
Dividendos adicionais aprovados (*)	44.756
Proposição de dividendos intermediários (**)	50.446
Dividendos pagos	(28.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>150.949</u>

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ocorridas nos dias 29 de março de 2024 e 18 de março de 2025.

(**) As proposições de dividendos intermediários foram aprovadas em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizadas nos dias 12 de agosto de 2024 e 12 de agosto de 2025.

10.5. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas do instrumento de “hedge” de fluxo de caixa, considerado efetivo, da coligada Brasil PCH. Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado pela Companhia é R\$2.823 (R\$3.268 em 31 de dezembro de 2024) e foi reconhecido o valor negativo de R\$445 como parcela de outros resultados abrangentes de coligadas (R\$2.315 positivo em 31 de dezembro de 2024).

11. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo quadro contendo as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período	112.962	86.862
Lucro por ação básico diluído:		
Ações Disponíveis	3.028.501	3.028.501
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	37,2996	28,6815

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Pessoal Chave

Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o valor de R\$51 pago pela Companhia a título de remuneração às pessoas chave (R\$51 em 31 de dezembro de 2024). Ressalta-se que a Companhia não oferece outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

13. DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas administrativas	(4)	(3)
Despesas pessoal e administradores	(61)	(61)
Serviços de terceiros	(322)	(291)
Tributos	(68)	(66)
Total	<u>(455)</u>	<u>(421)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre debêntures	(31.351)	(36.372)
Custos de transação de debêntures	(1.219)	(1.219)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	(3)	(5)
Outras despesas financeiras	(119)	(123)
Total	<u>(32.692)</u>	<u>(37.719)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.272	1.223
Atualização sobre depósitos judiciais	2	4

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas financeiras	55	127
Total	<u>1.329</u>	<u>1.354</u>
Total	<u>(31.363)</u>	<u>(36.365)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia adota a modalidade de apuração pelo regime de lucro real, razão pela qual calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido tendo como base esse regime. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	112.962	86.862
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(38.407)	(29.533)
Exclusões (adições) permanentes:		
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de coligadas	49.225	42.040
Ajustes permanentes	-	-
Crédito tributário não constituído (*)	<u>(10.818)</u>	<u>(12.507)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$149.806 em 31 de dezembro de 2025 (R\$117.988 em dezembro de 2024). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerar a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam de 97,5% a 99,00% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está exposta às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade da Companhia de realizar pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures por ela emitidas, no volume, preço, e momento exigível.

A Companhia mitiga o risco de liquidez a qual está exposta realizando o monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas ou das dívidas de suas investidas, bem como por meio da manutenção de saldos aplicados classificados como caixa e equivalentes passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos da Companhia e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados da Companhia, tendo como base a data mais próxima na qual a Companhia possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2025.

<u>Controladora</u>	<u>Nota</u>	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>1 a 8 anos</u>
Debêntures (*)	9	256.650	314.846	68.457	246.389
Total		256.650	314.846	68.457	246.389

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data desconsiderando seus custos de transação. Para maiores informações ver nota explicativa nº 9.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores contábeis demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.280	3.869
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Debêntures	9	256.650	293.320
Custo de transação das debêntures	9	(4.779)	(5.998)

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro da Companhia, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2025, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo estabelecido nas escrituras de emissão de debêntures da BSB e de sua investida, conforme o caso. Exceto pelas debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$268.027 (R\$301.379 em 31 de dezembro de 2024) é, o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros da Companhia é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2026 (fonte Boletim Focus datado de 26 de dezembro de 2025), correspondente ao CDI (15,0%) e IPCA (4,32%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	4.280	Baixa do DI	642	482	321
Operação	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debêntures	256.650	Alta do IPCA + 7,04%	29.155	36.444	43.733

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Gestão do risco de capital

Considerando que a Companhia possui debêntures emitidas, ela está exposta ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição da Companhia a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, a Companhia monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pela Companhia é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2024 são:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (nota explicativa nº 9)	256.650	293.320
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 5)	(4.280)	(3.869)
Endividamento líquido (a)	252.370	289.451
Total do patrimônio líquido	87.066	69.751
Total do capital (b)	339.436	359.202
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	74%	81%

17. COBERTURA DE SEGURO

Seguro "Directors & Officers" (D&O)

A BSB Energética S.A. contratou a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2026, com cobertura no montante de R\$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias).

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(445)	2.315
Constituição de dividendos a pagar	95.201	92.899
Constituição de dividendos a receber	134.555	130.473

19. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em 11 de fevereiro de 2026.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento
Presidente

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Vice-presidente

Thiago Salles de Carvalho
Conselheiro

Patrícia Pereira Kleiber
Conselheira

Composição da Diretoria

Wanderson Silva de Menezes
Diretor Presidente

José Guilherme Antloga do Nascimento
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor de Relações com Investidores

Contador Responsável

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1